



Operação Contrato Leonino: PCMG investiga vereadores de Nova Lima

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) realizou, nesta sexta-feira (18/12), a operação Contrato Leonino, que resultou no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão em residências e gabinetes de parlamentares de Nova Lima. Seis dos nove vereadores da Câmara Municipal de Nova Lima estão sendo investigados.

Segundo o chefe da Divisão Especializada de Combate à Corrupção, Investigação a Fraudes e Crimes Contra a Ordem Tributária, delegado Domiciano Monteiro, as investigações apontam que os suspeitos estariam praticando crimes desde 2015 até o presente momento.

“Um dos crimes investigados é o de peculato, em virtude da prática de ‘rachadinha’ por parlamentares da Câmara Municipal e assessores dos respectivos gabinetes, sendo também apurados contratos possivelmente superfaturados de alugueis de veículos na Câmara Municipal”, detalha Monteiro.

Durante as buscas, a PCMG apreendeu a quantia de R\$ 70 mil em dinheiro, além de materiais que serão utilizados nas investigações, como equipamentos eletrônicos e documentos. Segundo o delegado Gabriel Fonseca, da 1ª Delegacia Especializada de Combate à Corrupção, o impacto aos cofres públicos já é significativo.

“O prejuízo estimado aos cofres do município de Nova Lima é algo em torno de R\$ 200 mil. Porém, se considerarmos todo o período, até o presente ano, essa cifra pode chegar a R\$ 3 milhões. Isso apenas em relação ao superfaturamento de aluguel de veículos”, destaca.

De acordo com o apurado, uma locadora de veículos foi aberta em 2015 em nome de terceiros, possíveis ‘laranjas’, a pedido dos investigados. Entretanto, Fonseca ressalta que “as contratações desses alugueis não se limitavam a essa locadora. Há outras envolvidas também”.

Além disso, as contratações eram realizadas diretamente entre o vereador e as locadoras ou diretamente com pessoas físicas. “Ele conversava com essa pessoa para alugar o veículo dela para prestar serviço ao gabinete. Isso tudo sem licitação, era contratação direta sem o devido procedimento legal”, detalha Gabriel Fonseca. As apurações apontam, ainda, que os valores pagos tanto a empresas quanto a particulares eram bem superiores aos praticados pelo mercado.